

JUVENTUDE NEGRA: DA MARGINALIZAÇÃO À EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Palavras-Chave: JUVENTUDE NEGRA, MARGINALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO SOCIAL.

Autora: Steffany Oliveira de Vasconcelos
steffany.oliveira1802@gmail.com(UFJF)

Orientador: Prof.º Msc.Glauber Klay Carreiro Fidelis
glauberklay@gmail.com
(Escola Municipal Maria Elvira Nascimento-MG)

Co-autores:

Daniel Vieira Benedito
Isabela Gomes Pereira
Mac Wallace Milord Amorim
Michele de Souza Ferraz
danielvieiragv@hotmail.com(IFMG)
isabela.pereira1903@gmail.com(USP)
macwallacegv@outlook.com(IFMG)
michelle.ferraz126@gmail.com(UFJF)

INTRODUÇÃO

Este resumo consiste em relatar parte da experiência vivenciada pelos estudantes na execução Projeto de Extensão GEJNGV (Grupo de Estudos da Juventude Negra de Governador Valadares), realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais campus Governador Valadares (IFMG-GV), em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e a Escola parceira E.E. Dr. Antônio Ferreira Lisboa Dias.

O Grupo de Estudos se fundamentou metodologicamente em revisão bibliográfica, de análises de pesquisas do IBGE (2018), artigos científicos e capítulos de livros; para debater em Círculos de Cultura às vulnerabilidades dos negros na sociedade com os estudantes da escola parceira. Os principais autores do nosso referencial teórico foram: Paulo Freire, Kabengele Munanga, Nilma Lino, Djamila Ribeiros e outros. Alguns dos temas pesquisados e debatidos no GEJNGV foram: o negro no mercado de trabalho, o feminicídio nas mulheres negras, a redução da maioria penal e as cotas para negros nas universidades, mas neste artigo, nos delimitamos a descrever parte da enquete realizada a respeito do tema das cotas dos negros para universidade, por julgarmos que teve maior destaque na temática do trabalho.

Nosso objetivo principal foi dialogar sobre a marginalização do negro na sociedade brasileira, e, especificamente, compreender como podemos mudar este quadro de exclusão social da juventude negra em nossa cidade- Governador Valadares, por meio do Grupo de Estudos que emerge do anseio da própria juventude, a qual se encontra, por vezes, alheia à consciência de classe e de raça, e, até mesmo, impetuosamente silenciada pela naturalização da desigualdade social que a domina e marginaliza.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi à revisão bibliográfica, o círculo de cultura (debate de textos acadêmicos sobre a temática do trabalho), e enquete ao público de bairros marginalizados e no centro da cidade de Governador Valadares.

REFERENCIAL TEÓRICO

A luta de classes desde o Brasil colônia tem sido marcada pela forte opressão contra índios e negros. Segundo Santos (2015), autor do “O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias”, a luta dos trabalhadores brasileiros, em especial da população negra com suas especificidades, têm sido marcada pelos conceitos de raça e classe, utilizados para explorar e oprimir o conjunto da classe trabalhadora.

Em uma retrospectiva histórica, Kambegele Munanga (1990) explana que o negro, alienado e culturalmente desestruturado no período abolicionista, não foi assimilado ao mundo dos brancos, apesar de seus esforços. Dessa forma, a manutenção de tal sistema perpetuou a desigualdade proveitosa ao colono branco, o que provocou a revolta do negro que rompeu parcialmente com a estrutura colonial escravocrata. A marginalização racial da população negra no Brasil está presente ao longo de nossa história, que teve diferentes formas de discriminação como elemento predominante. Segundo as pesquisadoras Nilma Lino e Ana Mélia (2018, p.3),

(...) diante de dados tão assustadores perguntamos: o que se pode esperar de uma sociedade que expõe os seus jovens a um grau alarmante de violência? Que extermina os seus jovens? E, mais ainda, quando esse extermínio tem como recorte de crueldade o fato de a maioria desses jovens serem homens e negros? As ciências criminais serão capazes de nos ajudar a descriminalizar essa juventude e se contrapor ao seu extermínio? O sistema de justiça consegue, de fato, fazer justiça? A educação se preocupa com essa questão?"

Com a gravidade em que se encontra a juventude negra no nosso país, podemos classificar que a essência de seu problema é já uma busca pela garantia pela existência, ou seja, a reflexão sobre a vulnerabilidade/marginalização e/ou exploração sobre a juventude negra é, sobretudo, uma reflexão sobre a vida da juventude negra. Em resposta à última pergunta das pesquisadoras Nilma Lino e Ana Mélia (2018), dizemos sim, e esta foi a razão de existência do GEJNGV: promover um debate dentro da educação, na tentativa de educar e reeducar as práticas sociais que irrefletidamente produzem a exclusão social dos jovens negros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando entender essa realidade da marginalização do negro em nossa cidade, a partir do “olhar” da própria sociedade sobre as condições sociais desse grupo, o GEJNGV produziu uma enquête com 107 pessoas com um questionário de 5 questões para cada entrevistado, que soma um total de 535 respostas de questionário (aberto e fechado) sobre temas envolvidos ao projeto, como: políticas de cotas raciais nas universidades, o negro no mercado de trabalho, a redução da maioridade penal e o feminicídio. Essa enquête foi aplicada na cidade de Governador Valadares com indivíduos na faixa etária entre 15 a 70 anos, em quatro bairros da cidade, dois bairros mais

favorecidos socialmente, Centro e Belvedere, e em dois bairros menos favorecidos socialmente, Atalaia e Azteca. Das enquetes realizadas o que nos mais chamou a atenção foram sobre Cotas para Negros nas Universidades: pois as enquetes apresentaram os seguintes dados sobre o tema de Cotas para Negros na Universidade: a maioria dos negros dos bairros periféricos é contra, outros desconhecem essa política, nenhum branco a favor. No centro da cidade e em bairro de classe alta, a maioria dos negros é a favor e os brancos contra. Quanto à enquete das políticas de cotas raciais nas universidades, ao questionarmos as pessoas, foi perceptível que a maioria não sabia do que se tratavam, algumas inclusive, nunca tinham ouvido nada a respeito. No geral, os moradores e trabalhadores do Centro e do bairro Belvedere (classe alta) eram os que estavam mais informados a respeito desse tema. Das pessoas que se autodeclararam brancas (tanto dos bairros menos favorecidos quanto nos bairros mais favorecidos) nenhuma delas se mostrou favorável à política de cotas raciais, percebemos ainda que as pessoas desse grupo não tinham conhecimento da finalidade da criação da política de cotas raciais. São vários os motivos que levam as pessoas desse grupo a desacreditarem totalmente dessa ação afirmativa. Um dos motivos, é o sentimento de estar sendo prejudicado por não serem contemplados por uma política e associação ideológica partidária, nas palavras de um entrevistado: “Isso é cria do PT”. Os moradores dos bairros Atalaia e Azteca (classe baixa) que disseram não conhecer essa ação afirmativa se mostraram contrários a essa política, mesmo após uma breve explanação.

Já os negros favoráveis às políticas de cotas, a minoria, afirmaram ser uma ação necessária, pois acreditam na reparação histórica e que, além disso, mostra-se eficiente, já que o número de negros nas universidades vem aumentando, como demonstra o IBGE de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do projeto foi possível observar de perto situações reais de preconceito, racismo e discriminação, nos diálogos semanais dos Círculos de Cultura, nos encontros de formação e na pesquisa de opinião. Identificamos na narrativa da juventude negra que esta se encontra alheia à consciência de classe e de raça, e silenciada legítima e naturaliza a desigualdade social. Contudo, o caminho para emancipação não é um ato de “depositar” a crença da emancipação, pensando

conquistar a confiança dos marginalizados, mas dialogar com eles. Nesse sentido, refletir sobre a consciência crítica e emancipação social se dão no descortinar dos processos alienadores, e no romper das contradições da relação entre oprimido e opressor, de superar a negação a igualdade e justiça social dos negros na sociedade.

Moacir Gadotti (2012), explica que a palavra “emancipar” vem de ex-manus ou de emancipium (indica a ideia de "saída" ou de "retirada") e manus ("mão", simbolizando poder). Emancipar seria então "retirar a mão que agarra", “libertar, abrir mão de poderes”, significa "pôr fora de tutela". Ex-manus (fora-mão) significa “pôr fora do alcance da mão”. Emancipar-se é, então, dizer a quem nos oprime: "tire a sua mão decima de mim!".

Segundo Paulo Freire (2005), a emancipação é, sobretudo, a superação da ntre o oprimido e o opressor, a liberdade, é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão” (p.33).

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 40 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GOMES. Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória**. II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnologia. Democratização, emancipação e sustentabilidade Florianópolis, 28 de maio a 1 de junho de 2012.

IBGE. **Desigualdades por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas- Informações Demográficas e Socioeconômicas. IBGE: 2018, n-41.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades**.

Revista De Antropologia, (1990): 33, 109-117.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias**.

Revista PUCSP, Lutas Sociais, São Paulo, vol.19, n.34, p.100-113, jan./jun.2015.